

Eleições na Unesp

Quanto pesa um servidor?!

O processo sucessório na Unesp, que definirá o reitor e o vice-reitor para o quadriênio 2009/12, começou oficialmente no dia 23/04, durante a reunião extraordinária do Conselho Universitário. O CO montou a Comissão Eleitoral Central e definiu o calendário. A Comissão é composta por membros dos CO, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE).

O período de inscrição das chapas ocorrerá de 4 a 6 de agosto, devendo ser acompanhadas dos respectivos planos de gestão. Caso haja mais de duas chapas concorrentes, a eleição será realizada em dois turnos. O primeiro acontecerá de 14 a 16 de outubro; o segundo, de 29 a 31 do mesmo mês.

O processo eleitoral mantém a intervenção do governo do estado na vida da Universidade: após a homologação do resultado da consulta pelo Colégio Eleitoral, uma lista tríplice será enviada ao governador. Caberá a ele dar a palavra final sobre quem será o futuro reitor da Unesp. O escolhido tomará posse em janeiro de 2009.

O Sintunesp e a Adunesp vêm defendendo, sistematicamente, a volta da paridade na consulta, como critério mínimo de democracia no processo eleitoral. Atualmente, o voto dos professores tem peso de 70% nos resultados, cabendo apenas 15% aos funcionários e 15% aos estudantes. Considerando o mecanismo como retrógrado, reacionário e antidemocrático, a reivindicação é que o voto dos três segmentos tenha o mesmo valor, ou seja, que professores, funcionários e estudantes sejam, igualmente, considerados cidadãos de primeira classe.

É sempre relevante lembrar que a Unesp contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua comunidade, processo que foi, posteriormente, referendado no Estatuto da Universidade, aprovado em 1988. Esse quadro só mudou a partir de 1996, quando a Unesp adequou-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção Nacional/LDB (Lei 9.394/96). Essa adequação, muito mais do que uma exigência legal, foi uma submissão do Conselho Universitário da Universidade, num claro retrocesso político.

É preciso destacar, ainda, que as eleições para a reitoria da Unesp em 2008 acontecerão no contexto de expressivas vitórias da comunidade acadêmica, em especial dos estudantes. A Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de Brasília são os dois mais recentes exemplos de que a existência da paridade é, acima de tudo, uma decisão política das instituições de ensino superior. Na UFSCar, a escolha do novo reitor, realizada em 18 de junho, teve consulta paritária entre os segmentos. Na UnB, após uma expressiva mobilização dos estudantes, que culminou com a saída do reitor Timothy Mullholland, acusado de corrupção, o Conselho Universitário acaba de aprovar a paridade para a eleição do próximo reitor.

Autonomia universitária e democracia interna! Paridade na Unesp, já!

Levantamento feito pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Universidade de Brasília aponta que, das 43 universidades federais, 23 já elegem seu reitor por voto paritário.



Qual Universidade queremos?

Sintunesp e Adunesp pedem maior tempo para discussão do PDI pela comunidade

A reitoria da Unesp definiu 30 de junho como prazo final para que as unidades, ouvidas as congregações, apresentem sugestões à proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade. A proposta foi elaborada por uma comissão nomeada pelo reitor, com representantes de todos os órgãos colegiados centrais. A aprovação final está prevista para uma reunião conjunta entre os órgãos colegiados, no dia 31 de julho.

Tendo em vista a importância do assunto, o Sintunesp e a Adunesp elaboraram um ofício conjunto, já enviado à reitoria e às congregações, solicitando a prorrogação do prazo. O documento destaca que a elaboração de um PDI no âmbito de uma Universidade, assim como de qualquer outra instituição autônoma, deve ser precedida de um minucioso diagnóstico. “Acreditamos que esse processo deva ser construído com amplo envolvimento da comunidade acadêmica, legitimando-o a cada momento”, assinalam as entidades, lembrando que as discussões devem ter a real participação dos alunos, dos servidores técnico-administrativos e dos docentes, de modo direto, em

reuniões específicas que possibilitem, em meio a um amplo debate, a construção de um consenso. “É preciso que o assunto seja debatido com tranquilidade e profundidade, uma vez que as propostas contidas no PDI dizem respeito ao presente e ao futuro da Universidade, bem como à sua função social, científica e educacional”, destaca o ofício.

Sintunesp e Adunesp reivindicam:

- Que as contribuições ao “anteprojeto” do PDI, encaminhadas até agora, sejam disponibilizadas para conhecimento da comunidade.
- Que a comunidade possa conhecê-las e discuti-las com serenidade e durante o tempo necessário para que o nosso futuro seja pavimentado por todas as mãos que fizeram, e fazem, desta Universidade o que ela é hoje.
- Que seja estabelecido um maior prazo para que a delicada e complexa missão de planejar a vida da instituição seja construída por todos nós, lembrando que a Assembléia Universitária é a instância mais adequada para estabelecer os parâmetros para o nosso futuro.